



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

10/06/2015 ATÉ 10/06/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE IDIFUSORA.....	1
	1.2 SITE O QUARTO PODER.....	2
2	COMARCAS	
	2.1 UNIVERSO PÚBLICO.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DO SILVAN ALVES.....	4
	3.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	5
4	JUÍZES	
	4.1 BLOG RICARDO SANTOS.....	6
	4.2 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	7

MULHER ACUSADA DE MANDAR MATAR O MARIDO VAI A NOVO JULGAMENTO

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) para reformar decisão da 1ª Vara de Pedreiras, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar seu marido, o motorista Raimundo Sales, o “Raimundo da Van”.

O Ministério Público alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada como mentora intelectual do crime.

De acordo com as investigações, Rocilda de Aguiar Sales teria “encomendado” o assassinato, pelo qual pagou a importância de R\$ 50 mil aos contratados para realizar o crime. A denunciada confessou ter entregue a um dos assassinos fotografia da vítima para que não houvesse erro no “trabalho” acertado, além do adiantamento da quantia de R\$ 13 mil.

O júri absolveu a mulher, condenando os acusados, Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira, às penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente.

JULGAMENTO - No julgamento da apelação criminal, o relator, desembargador Raimundo Melo, entendeu que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri de Pedreiras não está de acordo com as provas aferidas nos autos, devendo a ré ser submetida a novo julgamento.

Melo votou pelo improvimento do recurso interposto pelos demais acusados, mantendo a prisão dos mesmos. O relator foi acompanhado pelos desembargadores Bernardo Rodrigues e Joaquim Figueiredo.

Zé Inácio preside Audiência sobre Conflitos Agrários

Audiência sobre Conflitos Agrários conta com a presença de vários representantes de grupos vulneráveis|

O deputado Zé Inácio (PT) presidiu na tarde desta terça - feira (09), pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias a audiência pública que trata sobre os conflitos agrários.

O parlamentar atendeu a uma solicitação da Comissão da Pastoral da Terra, Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos. "Esta audiência pública tem como objetivo minimizar a situação de violência no campo que perpetua há anos em nosso Estado e que sempre foi deixando de lado como se esses conflitos não existissem, enquanto isso centenas de famílias do campo são violentadas de maneira arbitrária", relata Zé Inácio.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público. Entre eles, o Coordenador do Programa Terra Legal, Joelsi Costa, o delegado Agrário Carlos Augusto Silva, o representante Agrário da Polícia Militar do Maranhão, o Tenente Coronel Luiz Carlos, representante do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão Korina Corrêa, o Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Jowberth Frank Alves da Silva, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Diogo Cabral, Subdefensor Público Geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, o vereador municipal de São Luís do Partido dos Trabalhadores, Honorato Fernandes, o representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular Jonhatan Galvão da Silva e pelo Tribunal de Justiça, a juíza Sara Gama.

Durante audiência pública foram relatados casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, indígenas e quilombola. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 família.

Como presidente da Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias, o deputado Zé Inácio (PT) fez alguns encaminhamentos de ordem administrativa e propositiva. Como indicação ao poder judiciário par aa criação do cargo de juiz agrário. Acompanhamentos dos casos citados durante a audiência. Acompanhamento por parte da Polícia Federal no caso do índio Kaapor. Cobrar do governo do estado à reestruturação da Delegacia Agrária. Discutir a criação da Delegacia Agrária na Região Tocantina e em São Luís, entre outros encaminhamentos.

Mulher acusada de mandar matar marido será submetida a novo júri popular Redação

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) para reformar decisão da 1ª Vara de Pedreiras, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar seu marido, o motorista Raimundo Sales, o "Raimundo da Van". O Ministério Público alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada como mentora intelectual do crime. De acordo com as investigações, Rocilda de Aguiar Sales teria "encomendado" o assassinato, pelo qual pagou a importância de R\$ 50 mil aos contratados para realizar o crime. A denunciada confessou ter entregue a um dos assassinos fotografia da vítima para que não houvesse erro no "trabalho" acertado, além do adiantamento da quantia de R\$ 13 mil. O júri absolveu a mulher, condenando os acusados, Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira, às penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente. JULGAMENTO - No julgamento da apelação criminal, o relator, desembargador Raimundo Melo, entendeu que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri de Pedreiras não está de acordo com as provas aferidas nos autos, devendo a ré ser submetida a novo julgamento. Melo votou pelo improvimento do recurso interposto pelos demais acusados, mantendo a prisão dos mesmos. O relator foi acompanhado pelos desembargadores Bernardo Rodrigues e Joaquim Figueiredo

Zé Inácio propõe reestruturação da Delegacia Agrária durante Audiência

O deputado Zé Inácio (PT) presidiu, na tarde desta terça - feira (9), pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias, a Audiência Pública sobre os Conflitos Agrários.

O parlamentar atendeu a uma solicitação da Comissão da Pastoral da Terra, Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos.

“Esta audiência pública tem como objetivo minimizar a situação de violência no campo que perpetua há anos em nosso Estado e que sempre foi deixando de lado como se esses conflitos não existissem, enquanto isso centenas de famílias do campo são violentadas de maneira arbitrária”, relatou Zé Inácio.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público. Entre eles, o coordenador do Programa Terra Legal, Joelsi Costa; o delegado Agrário Carlos Augusto Silva; o representante Agrário da Polícia Militar do Maranhão; o tenente coronel Luiz Carlos; representante do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, Korina Corrêa; o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Jowberth Frank Alves da Silva; representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Diogo Cabral; subdefensor público geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior.

O vereador municipal de São Luís do Partido dos Trabalhadores, Honorato Fernandes; o representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos; Jonhatan Galvão da Silva; a juíza Sara Gama do Tribunal de Justiça também estiveram presentes.

Durante a Audiência Pública foram relatados casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de côco, indígenas e quilombola. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 famílias.

Como presidente da Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias, o deputado Zé Inácio (PT) fez alguns encaminhamentos de ordem administrativa e propositiva, como indicação ao poder judiciário para a criação do cargo de juiz agrário e acompanhamento dos casos citados durante a audiência por parte da Polícia Federal, no caso do índio Kaapor.

Além disso, Zé Inácio propôs cobrar do governo do Estado a reestruturação da Delegacia Agrária na região Tocantina e em São Luís.

Advogados maranhenses serão multiplicadores sobre uso do processo eletrônico

Advogados que representam as subseções da OAB-MA participaram de curso de formação de multiplicadores para operar o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE). O acesso ao sistema, pré-requisitos de utilização, peticionamento, tratamento de citações e intimações foram alguns dos assuntos abordados durante a capacitação, coordenada pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por solicitação da seccional da ordem no Estado, nesta terça-feira (9), na sede no Fórum de São Luís (Calhau). A medida facilitará a atuação da classe que passa a fazer os peticionamentos exclusivamente pelo meio eletrônico. O treinamento foi aberto com palestra ministrada pelo juiz Roberto Abreu (coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE), na segunda-feira (8), às 19 horas, no auditório da OAB-MA. Os advogados capacitados irão treinar os demais nas subseções onde o sistema passará a funcionar. Implantado pelo Judiciário estadual, o sistema está funcionando em 29 juizados especiais, 8 turmas recursais e nas Câmaras Criminais Reunidas. Até o final de 2015, será expandido para a Justiça de 1º Grau nas comarcas de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar e Timon, contemplando 50 unidades jurisdicionais de 1º Grau e 14 de 2º Grau, entre varas cíveis, de família, fazenda pública, infância e juventude, interesses difusos e coletivos. “Daí a necessidade de acelerar o processo de capacitação dos advogados”, disse o conselheiro federal da OAB-MA, José Zagallo, na abertura do curso. AGILIDADE - Para os profissionais, as melhorias e funcionalidades do sistema facilitam as rotinas e o andamento processual. “É um grande avanço na justiça maranhense, que gera agilidade, pois já não precisamos mais nos deslocar para peticionar processos, onde o sistema já está implantado. Além disso, o meio ambiente também ganha, com a economia de papel”, avaliou o advogado João Aderaldo Nascimento.

Advogados participam da terceira turma de treinamento sobre a operacionalização do Processo Judicial Eletrônico do TJ/MA

Advogados que militam nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Imperatriz e Timon participaram nesta terça-feira, 9, do treinamento de multiplicadores sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Nesta etapa, o sistema será implantado nesses municípios, inicialmente, nas varas cíveis, executivas fiscais e de família, a partir do segundo semestre deste ano. A instalação nas demais unidades deverá ser concluída até o final de 2017, conforme a Portaria nº 525/2014.

O treinamento foi dado pela equipe de Divisão do Sistema de Informação do TJ/MA e Coordenação de Execução Técnica do PJE/TJMA. E os advogados participantes foram indicados pela Seccional Maranhense. Após a capacitação, esses profissionais de direito estarão devidamente habilitados para se tornarem multiplicadores repassando o treinamento recebido aos colegas das cidades de São Luís, São José de Ribamar, Imperatriz e Timon.

A coordenadora de Execução Técnica do PJE/TJMA, Aline Lopes da Silva, destacou que os pontos trabalhados durante o treinamento são pré-requisitos para utilização do PJe, tais como: peticionamento; habilitação; consulta processual e recebimento de citações e intimações. “No curso, os advogados também foram cadastrados em um ambiente de teste para saber como proceder com o Processo Judicial Eletrônico”, informou ainda.

“O tribunal trabalha tanto a execução do PJe, como eventualidades que possam ocorrer durante a implantação do sistema, como problemas de conexão e quedas de links”, relata a coordenadora.

Essa é a terceira turma sobre treinamento do PJe que o TJ oferece aos advogados, conforme solicitação da OAB/MA. A primeira turma teve a participação de 35 advogados e foi organizada em 2013, quando unidades do Juizado da Fazenda Pública receberam a implantação do sistema. Outra turma, foi montada em dezembro de 2014, quando o Processo começou a ser utilizado nos juizados especiais e turmas recursais.

O presidente da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais da OAB/MA, Willington Marcos Ferreira Conceição, participou do treinamento e ao conceder entrevista para uma equipe de reportagem da TV Guará, afiliada da TV Record local, ressaltou que o PJe vai permitir reduzir o tempo de tramitação de um processo na Justiça Comum, como já é observado nos juizados especiais que já contam com o uso do PJe.

Abertura - O treinamento foi aberto com palestra ministrada pelo coordenador geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE, juiz Roberto Abreu, nesta segunda-feira, 9, às 19h, no auditório da OAB-MA. Em nome da Seccional Maranhense, o conselheiro federal pelo Maranhão, Guilherme Zagallo, deu boas-vindas aos participantes e destacou a importância desse processo de formação de multiplicadores do novo sistema. O presidente da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais da OAB/MA, Willington Marcos Ferreira Conceição, e a conselheira seccional também estiveram presentes.

NOTÍCIA: Fórum da comarca de São Bernardo será inaugurado nesta terça-feira (9).

O Tribunal de Justiça do Maranhão entregará, nesta terça-feira (9), às 10 horas, a nova sede da comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375 Km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275 m², com 770 m² de área construída. A obra foi realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

A comarca, de entrância inicial, tem vara única e atende também ao termo judiciário de Santana do Maranhão. A nova unidade está estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização e segue projeto padrão da Diretoria de Engenharia do TJMA, sendo dotada de duas varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, copa, almoxarifado, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidades especiais.

Além de São Bernardo, integram os projetos de construção e reforma das unidades judiciais, as comarcas de Magalhães de Almeida, Porto Franco, Buriti, Buriticupu, Imperatriz, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena, Santa Luzia, Viana, Vitorino Freire, São Bernardo, Paço do Lumiar e São Luís - termos da comarca da Ilha, Colinas e Matões.

Entre as obras já concluídas, está o Fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto de 2014. Com área total de 3.464 m², sendo 496,05 m² destinados à edificação, a unidade funciona na Avenida Getúlio Vargas, estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

Em Buriticupu, o novo prédio da Justiça estadual foi concluído em abril de 2014, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz.

Com área construída de 882 m², o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. Foi o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão. O terreno foi cedido pelo Incra.

Fonte: Asscom TJMA